

FAPECE

Fundação Assistencial e Previdenciária da EMATERCE



**REGULAMENTO DO
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
(PGA)**

Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo por ocasião da realização de sua 203ª
Reunião Ordinária em 25/10/2022, conforme registro na respectiva ata.

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:

Cláudio Matoso Vilela Lima

Membros Efetivos:

Roberto Virgínio e Sousa
Nizomar Falcão Bezerra
Walmir Severo Magalhães

SUMÁRIO

1. DA FINALIDADE E DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS	3
2. DAS DEFINIÇÕES.....	3
3. DO OBJETIVO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	4
4. DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E DAS SUAS ATRIBUIÇÕES.....	4
5. DAS FONTES DE CUSTEIO E DO ORÇAMENTO ANUAL	5
6. DOS INDICADORES DE GESTÃO DO PGA	7
7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	9



2

REGULAMENTO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)


1. DA FINALIDADE E DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 1.1. Este regulamento estabelece os termos, as condições e os critérios para a execução do Plano de Gestão Administrativa (PGA), em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, da **FUNDAÇÃO ASISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EMATERCE - FAPECE** doravante denominada entidade.
- 1.2. A **FAPECE** é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, regulamentada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, estando subordinada à Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001. Foi constituída em 20 de dezembro de 1985 com o objetivo de assegurar aos empregados de sua patrocinadora e respectivos beneficiários, além do seu quadro próprio, os benefícios previdenciários previstos no regulamento do plano de benefícios ao qual administra, conforme relacionado a seguir:
- **Plano de Benefícios:** Plano BD
 - **Modalidade:** Benefícios Definidos
 - **Data de Início:** 20 de dezembro de 1985
 - **CNPB nº:** 1985001438
- 1.3. O Plano de Gestão Administrativa (PGA) objeto deste regulamento deverá prestar plena cobertura necessária à administração de todos os planos de benefícios de caráter previdenciário da entidade.
- 1.4. O plano de benefício administrado pela entidade possui independência patrimonial, bem como identidade própria quanto aos aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos.

2. DAS DEFINIÇÕES

- 2.1. Para fins deste regulamento, entende-se por:
- a) **Custeio Administrativo:** recursos destinados ao plano de gestão administrativa (PGA) para cobertura das despesas administrativas;
 - b) **Despesas Administrativas:** gastos realizados na administração dos planos de benefícios de caráter previdenciário;
 - c) **Dotação Inicial:** aporte destinado à cobertura das despesas administrativas, realizado pelos patrocinadores ou participantes, quando da adesão aos planos de benefícios, observados os dispositivos previstos no respectivo regulamento desse plano;
 - d) **Fundo Administrativo:** fundo constituído pela diferença apurada entre as receitas e as despesas da Gestão Administrativa, destinado à cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela entidade na administração dos seus planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma do regulamento do plano de gestão administrativa;

3



- e) **Receitas Administrativas:** receitas oriundas da gestão administrativa da entidade fechada de previdência complementar, como as provenientes de seguradoras, de ganho na venda de imobilizado, de publicidade e outras;
- f) **Orçamento:** instrumento de planejamento que define as fontes de custeio e as estimativas de receitas, bem como estabelece as projeções de despesas para determinado período.
- g) **Recursos Garantidores:** parcela do ativo destinada à cobertura dos benefícios previdenciários oferecidos pelo plano, conforme cada regulamento e corresponde aos ativos do programa de investimentos, adicionadas as disponibilidades e deduzidos os valores a pagar, classificados no exigível operacional do referido programa;
- h) **Taxa de Administração:** percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, cujo valor correspondente é transferido ao plano de gestão administrativa;
- i) **Taxa de Carregamento:** percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios de caráter previdenciário no exercício a que se referir.

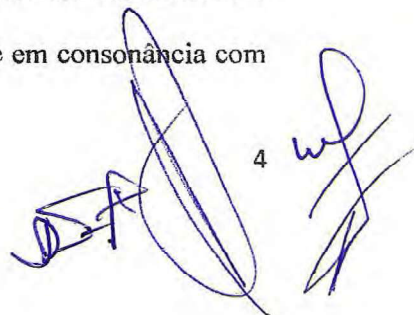
3. DO OBJETIVO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

- 3.1. O presente Plano de Gestão Administrativa (PGA), de natureza obrigatória, tem como objetivo o detalhamento das despesas administrativas da entidade, imprimindo maior transparência à gestão de seu plano de benefícios de caráter previdenciário.
- 3.2. Os recursos destinados ao custeio das despesas com a administração do plano de benefícios previdenciário da entidade constarão deste PGA. Tais recursos são independentes dos recursos de natureza previdencial, estes destinados à cobertura dos benefícios previstos pelo Regulamento do Plano de Benefícios.
- 3.3. Os regramentos concernentes à execução do presente PGA estão sujeitos às proposições da Diretoria-Executiva da entidade, bem como à análise e aprovação pelo Conselho Deliberativo e à supervisão do Conselho Fiscal.

4. DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E DAS SUAS ATRIBUIÇÕES

- 4.1. A coordenação, controle e supervisão do PGA estarão a cargo dos órgãos estatutários da entidade.
- 4.2. Compete à Diretoria-Executiva da entidade, entre outras funções estabelecidas no estatuto, no regulamento dos planos de benefícios e na legislação vigente:
 - a) Elaborar e controlar o Plano de Gestão Administrativa (PGA);
 - b) Estabelecer a sistemática de trabalho e definir as áreas técnicas a serem envolvidas no desempenho das atividades relacionadas ao PGA;
 - c) Promover a integração das áreas técnicas envolvidas no exercício das atividades requeridas pelo PGA;
 - d) Elaborar e controlar o orçamento administrativo da entidade em consonância com este regulamento;
 - e) Definir e acompanhar os indicadores de gestão do PGA;

4



- f) Solicitar a realização de reuniões para discussão dos temas necessários ao desempenho das atividades.

4.3. Compete ao Conselho Deliberativo da entidade, entre outras funções estabelecidas no estatuto, no regulamento dos planos de benefícios e na legislação vigente:

- a) Analisar e aprovar o regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA), e suas alterações;
- b) Estabelecer o limite teto dos gastos administrativos da entidade, devendo adotar um dos critérios definidos no art. 5º da Resolução CNPC nº 48/2021;
- c) Definir as fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas totais do exercício a que se referir o orçamento, que deverão estar expressamente previstas no plano de custeio, observados o regulamento do plano de benefício;
- d) Analisar e aprovar o orçamento anual da entidade, considerando as fontes e seus limites, bem como o limite teto dos gastos administrativos;
- e) Fixar os critérios quantitativos e qualitativos das despesas administrativas, considerando no mínimo os recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados, as contribuições e os benefícios concedidos, a quantidade e a modalidade dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados, o número de participantes e assistidos, a utilização do fundo administrativo, as fontes de custeio administrativo e a forma de gestão dos investimentos;
- f) Fixar as metas para os indicadores de gestão do PGA e para execução do orçamento aprovado.

4.4. Compete ao Conselho Fiscal da Entidade, dentre outras funções estabelecidas no estatuto e no regulamento dos planos de benefícios, em atendimento ao que estabelece o art. 11 da Resolução do CNPC nº 48/21 acompanhar e controlar a execução orçamentária, com observância ao limite de que trata o art. 5º do referido normativo, dos critérios quantitativos e qualitativos e dos indicadores de gestão das despesas administrativas e de suas respectivas metas.

5. DAS FONTES DE CUSTEIO E DO ORÇAMENTO ANUAL

5.1. Constituem fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios de caráter previdenciário da entidade:

- a) Contribuição dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;
- b) Contribuição dos patrocinadores e instituidores definidas no plano de custeio anual;
- c) Reembolso dos patrocinadores e instituidores;
- d) Resultado dos investimentos;
- e) Receitas administrativas;
- f) Fundo administrativo;
- g) Dotação inicial;
- h) Doações.

- 5.2. As fontes de custeio previstas nas alíneas do subitem 5.1. deverão observar o regulamento do plano de benefício, o plano de custeio e os resultados das avaliações atuariais em cada exercício, principalmente quanto aos limites de uso das contribuições.
- 5.3. As fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas poderão ser revistas a cada exercício, a critério do Conselho Deliberativo da entidade, por ocasião da aprovação do orçamento anual. Deverão ser mantidos controles internos para demonstrar as fontes utilizadas pelo plano de benefícios.
- 5.4. Caberá à Diretoria-Executiva identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos envolvidos na celebração de contratos, a partir dos quais sejam derivadas as receitas administrativas.
- 5.5. As sobras dos recursos destinados ao custeio administrativo, acrescido do retorno dos investimentos administrativos e descontadas as despesas administrativas, serão utilizadas para compor o fundo administrado.

- 5.6. De modo a assegurar a perenidade da gestão administrativa do plano administrado pela FAPECE, será utilizado o fundo administrativo para as seguintes situações:

I - utilização em custos para melhorias nos processos de gestão e reestruturação do Plano, sem que impliquem aumento de custos fixos do PGA;

II - utilização em despesas administrativas, quando comprovadamente os custos administrativos da entidade forem superiores às fontes de custeio do PGA; e

III - destinação para cobertura de gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de planos de benefícios de previdência complementar, compreendendo: estudo de mercado, negociação com potenciais interessados, planejamento das atividades, esboço do regulamento do plano, implantação, preparação da infraestrutura, aprovação do regulamento, divulgação, captação de participantes e para cobertura parcial das despesas administrativas de novos planos de benefícios pelo período máximo de 60 (sessenta) meses após o início de seu funcionamento.

Parágrafo Único - Para a situação prevista no inciso III do caput, o Conselho Deliberativo deverá aprovar a criação de fundo administrativo compartilhado, nos termos da legislação vigente e mediante prévia anuência dos Patrocinadores.

- 5.7. O orçamento da gestão administrativa deverá ser elaborado de acordo com o modelo que melhor se adequar às necessidades, e deverá contemplar as projeções das fontes do custeio administrativo, com os respectivos limites de saques e das despesas administrativas totais da entidade.
- 5.8. Os critérios quantitativos e qualitativos a serem considerados por ocasião da realização das despesas administrativas, considerados os aspectos descritos no tópico 4.3., "d", serão os seguintes:

5.8.1. Critérios quantitativos:

- a) A necessidade de cobertura plena das despesas administrativas a serem honradas para o adequado desenvolvimento das atividades regulares da entidade.

- b) O respeito ao limite orçamentário para o custeio das despesas administrativas estabelecido no presente regulamento definido para cada exercício;
- c) O desvio padrão admissível correspondente a até 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre as metas estabelecidas para os indicadores de gestão e os resultados efetivamente obtidos num mesmo período.

5.8.2. Critérios qualitativos:

- a) A necessidade de cobertura plena das despesas administrativas a serem honradas para o adequado desenvolvimento das atividades regulares da entidade em condições adequadas para o melhor atendimento dos participantes e desenvolvimento das atividades pelo corpo técnico da entidade;
- b) A busca contínua pela qualificação e capacitação do corpo técnico, de dirigentes e conselheiros da entidade.
- c) A busca pela excelência no cumprimento das obrigações da entidade no estrito cumprimento de suas atividades regulamentares;

6. DOS INDICADORES DE GESTÃO DO PGA

6.1. Os indicadores de gestão a serem monitorados e acompanhados pelos órgãos estatutários, respeitadas as suas competências, serão os seguintes, observado o disposto no art. 9º da Resolução CNPC nº 48/21:

a) TA = $\frac{CP + CI}{RG}$

onde: TA = Taxa de Administração
CP = Custeio Previdencial
CI = Custeio dos investimentos
RG = Recursos Garantidores

OBS: O indicador calculado demonstra o percentual dos recursos garantidores que está sendo transferido ao PGA a título de custeio administrativo, previdencial e de investimentos.

b) TC = $\frac{CP + CI}{C + B}$

onde: TC = Taxa de Carregamento
CP = Custeio Previdencial
CI = Custeio dos investimentos
C = Contribuições
B = Benefícios

OBS: O indicador calculado demonstra o percentual do fluxo total de contribuições e benefícios que está sendo transferido ao PGA a título de custeio administrativo, previdencial e de investimentos.

c) CAPC = $\frac{DAT}{PP}$

onde: CAPC = Custo Administrativa Per Capita
DAT = Despesas Administrativas Totais
PP = População do Plano

OBS: O indicador individualizado demonstra a média de despesa administrativa da entidade.

d) DARG = $\frac{DAT}{RG}$

onde: DARG = Despesa Administrativa sobre os Recursos Garantidores

RG

DAT = Despesa Administrativa Total

RG = Recursos Garantidores

OBS: O indicador calculado demonstra o percentual dos investimentos líquidos que está sendo utilizado para a cobertura das despesas administrativas totais.

$$e) \quad DAAT = \frac{DAT}{AT} \quad \text{onde: } \begin{array}{l} DAT = \text{Despesa Administrativa sobre o Ativo Total} \\ DAT = \text{Despesa Administrativa Total} \\ AT = \text{Ativo Total} \end{array}$$

OBS: O indicador calculado demonstra o percentual do ativo total que está sendo utilizado para a cobertura das despesas administrativas totais.

$$f) \quad DARA = \frac{DAT}{RA} \quad \text{onde: } \begin{array}{l} DARA = \text{Despesa Administrativa sobre as Receitas Administrativas} \\ DAT = \text{Despesa Administrativa Total} \\ RA = \text{Receitas Administrativas} \end{array}$$

OBS: O indicador calculado demonstra o percentual das receitas administrativas que está sendo utilizado para a cobertura das despesas administrativas totais.

$$g) \quad PDP = \frac{DP + E}{DAT} \quad \text{onde: } \begin{array}{l} PDP = \text{Participação da Despesa de Pessoal} \\ DP + E = \text{Despesa de Pessoal + Encargos} \\ DAT = \text{Despesa Administrativa Total} \end{array}$$

OBS: O indicador calculado demonstra o percentual das despesas com pessoal e encargos em relação às despesas administrativas totais.

$$h) \quad IST = \frac{DST}{DAT} \quad \text{onde: } \begin{array}{l} IST = \text{Índice de Serviços de Terceiros} \\ DST = \text{Despesas com Serviços de Terceiros} \\ DAT = \text{Despesas Administrativas Totais} \end{array}$$

OBS: O indicador calculado demonstra o percentual das despesas com serviços de terceiros em relação às despesas administrativas totais.

$$j) \quad EFA = \frac{(SFA^a + CR)}{SFA^a} \quad \text{onde: } \begin{array}{l} EFA = \text{Evolução do Fundo Administrativo} \\ SFA^a = \text{Saldo do Fundo Administrativo do período anterior} \\ CR = \text{Constituição / Reversão do período analisado} \end{array}$$

OBS: O índice poderá ser avaliado em várias periodicidades e indica a tendência de crescimento (> 1), manutenção (= 1) ou de redução (< 1) do fundo administrativo e dependerá do saldo de constituição ou reversão do fundo no período analisado.

6.2. O Conselho Fiscal deverá apresentar Relatório de Controles Internos semestrais que contemple, dentre outros pontos previstos na legislação vigente, as conclusões e as recomendações acerca da avaliação das metas estabelecidas para os indicadores de gestão e os resultados obtidos no mesmo período.

6.3. A Diretoria-Executiva deve justificar expressamente qualquer variação acima ou abaixo do limite de desvio padrão fixado no tópico 5.8.1, "c" para quaisquer dos indicadores de gestão fixados no presente regulamento.

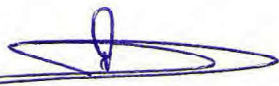
- 6.4. As eventuais deficiências ou discrepâncias observadas nas metas estabelecidas para os indicadores de gestão do PGA bem como em relação ao limite padrão de variação admitido deverão ser analisadas e avaliadas pelo Conselho Fiscal, o qual deverá recomendar a adoção de providências de ajustes se assim entender, cabendo ao Conselho Deliberativo decidir dentre as providências a serem adotadas.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

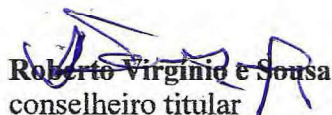
- 7.1. O limite fixado pelo Conselho Deliberativo, na forma do art. 10 da Resolução CNPC nº 48/21 será considerado como teto para os gastos administrativos do orçamento anual do PGA, considerando as despesas administrativas totais.
- 7.2. A critério do Conselho Deliberativo, os limites estabelecidos poderão ser alterados objetivando adequação de possíveis incoerências ou discrepâncias advindas das despesas administrativas realizadas, considerando, ainda, eventuais mudanças na entidade e no plano de benefícios por ela administrado.
- 7.3. As demonstrações contábeis administrativas da entidade e Balancete da Gestão Administrativa serão elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil por NBC-T expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.
- 7.4. Na definição das fontes de custeio, quando se tratar de contribuições, deverá ser observado o estabelecido no regulamento do plano de benefícios para a paridade contributiva entre patrocinadores, participantes ativos, autopatrocinados e assistidos, quando for o caso.
- 7.5. No caso de retirada de patrocínio, o montante de recursos a ser destinado à cobertura dos gastos administrativos do plano de benefícios deverá constar do cálculo dos compromissos do valor da retirada, e o seu recebimento será destinado à constituição de fundo administrativo específico.
- 7.6. Na ocorrência de transferência da gestão do plano de benefícios, deverá ser apurado o valor do fundo administrativo do plano a ser transferido, caso haja recursos alocados nesse fundo.
- 7.7. Na existência de mais de um plano de benefícios, em caso de extinção, cisão, fusão ou incorporação, deverá ser destacado o montante de recursos alocados nos fundos administrativos dos planos envolvidos, cabendo avaliação do Conselho Deliberativo, sob a égide dos regulamentos dos planos e da legislação vigente, decidir sobre as providências a serem adotadas na utilização dos recursos de seu(s) fundo(s) administrativo(s).
- 7.8. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da entidade, ressalvado prazo eventualmente concedido pelas normas aplicáveis para que a entidade possa enquadrar-se no novo modelo de gestão administrativa delas decorrente.

- 7.9. Os casos omissos deste Regulamento serão objeto de deliberação pelo Conselho Deliberativo da Fapece, em reunião conjunta com a Diretoria-Executiva, devendo as decisões decorrentes serem comunicadas ao Conselho Fiscal.

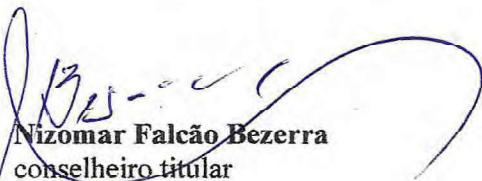
Fortaleza (CE), 25 de outubro de 2022.



Walmir Severo Magalhães
conselheiro titular



Roberto Virginio e Sousa
conselheiro titular



Nizomar Falcão Bezerra
conselheiro titular



Cláudio Matoso Vilela Lima
conselheiro Presidente